



Comissão Europeia

Fact Sheet



A ABORDAGEM LEADER

Um guia básico



A ABORDAGEM LEADER

Um guia básico

***Europe Direct é um serviço que o/a ajuda a encontrar
respostas às suas perguntas sobre a União Europeia***

Número verde único (*):
00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telecomunicações móveis não autorizam o acesso a números 00 800 ou poderão sujeitar estas chamadas telefónicas a pagamento.

O conteúdo da presente publicação tem carácter meramente informativo e não é juridicamente vinculativo.

Salvo indicação em contrário, as fotografias são propriedade intelectual da Comissão Europeia.

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006

ISBN 92-79-02056-0

© Comunidades Europeias, 2006

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

Printed in Belgium

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

A abordagem Leader

— Um guia básico

Objectivo do presente documento

Este documento apresenta a abordagem Leader, explicando como pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais. Por outro lado, fornece informações básicas sobre como deve ser implementada a nível local, enquanto parte integrante da política de desenvolvimento rural da União Europeia (UE).

Inclui:

- uma descrição do conceito Leader;
- as características essenciais da abordagem Leader;
- uma explicação básica de como a abordagem Leader opera no terreno;
- os principais pontos de contacto para a obtenção de informações adicionais.

Este documento dirige-se a todos os agentes do mundo rural interessados em criar ou participar em iniciativas locais de desenvolvimento rural. Pode tratar-se de administradores ao nível nacional, regional ou local, agricultores ou outros membros activos da comunidade rural — todos têm um papel a desempenhar no âmbito da abordagem Leader.

O nosso objectivo consiste em explicar aos decisores e às autoridades responsáveis no âmbito dos programas, especialmente nos novos e potenciais futuros Estados-Membros, o que a abordagem Leader é e como pô-la em prática. Pretendemos também demonstrar às comunidades rurais da UE que a abordagem Leader pode fornecer-lhes uma oportunidade para tomarem iniciativas e participarem activamente nos programas de desenvolvimento rural na respectiva zona (e beneficiarem do correspondente apoio financeiro).

Este documento deve ser considerado um guia introdutório de fácil leitura. Naturalmente, não aborda todos os aspectos da história da Iniciativa Leader, nem os regulamentos e procedimentos administrativos que com ela estão associados. As informações sobre estes aspectos podem ser encontradas noutros contextos (este documento indica algumas informações nesse sentido).



Índice

1.	A abordagem Leader ao desenvolvimento rural: em que consiste?	5
2.	As sete características essenciais da abordagem Leader	8
3.	Aplicação da abordagem Leader a nível local	16
4.	Leader no futuro: integração	18
5.	Pontos de contacto para obter informações adicionais	19
6.	Exemplos da abordagem Leader na prática	21

1. A abordagem Leader ao desenvolvimento rural: em que consiste?

A política de desenvolvimento rural é uma componente cada vez mais importante da política agrícola comum (PAC) que, ao procurar criar soluções para as preocupações económicas, sociais e ambientais, promove o desenvolvimento sustentável nas zonas rurais europeias. Mais de metade da população comunitária vive em zonas rurais, que abrangem 90% do território da UE ⁽¹⁾. Leader representa uma abordagem inovadora no quadro da política de desenvolvimento rural comunitária.

A sigla Leader significa «Relações entre acções de desenvolvimento rural» ⁽²⁾. Como o seu nome o sugere, trata-se mais de um método de mobilizar e incentivar o desenvolvimento nas comunidades rurais locais, do que de um conjunto fixo de medidas a implementar. A experiência demonstrou que a abordagem Leader pode mudar realmente o quotidiano das populações nas zonas rurais. Pode desempenhar um importante papel ao incentivar respostas inovadoras para velhos e novos problemas rurais, funcionando como uma espécie de «laboratório» para o desenvolvimento de capacidades locais e para a experimentação de novas formas de satisfazer as necessidades das comunidades rurais. Deste modo, gerou bons resultados em muitas zonas rurais da EU-15 ⁽³⁾, podendo igualmente desempenhar uma importante função de apoio às zonas rurais dos novos e futuros Estados-Membros da UE, permitindo-lhes adaptar-se às realidades actuais, em permanente mudança.

Desde o seu lançamento em 1991 que a abordagem Leader proporcionou às comunidades rurais da UE as ferramentas necessárias para desempenharem um papel activo na definição do seu próprio futuro, tendo evoluído no tempo, simultaneamente com o resto da PAC. As informações obtidas através de avaliações e directamente dos agentes do mundo rural indicam que a abordagem Leader é um instrumento que funciona de modo adequado em situações e tipos de zonas muito diferentes, adaptando a elaboração de políticas rurais à extrema diversidade das necessidades das zonas correspondentes. Por essas razões, tornou-se uma parte integrante da política de desenvolvimento rural. Ao incentivar a participação local na definição e implementação de estratégias de

desenvolvimento sustentável, a abordagem Leader pode revelar-se um recurso precioso para a futura política rural. No período de programação 2007-2013, a abordagem Leader deixará de constituir um programa separado e passará a estar integrada em todos os programas de desenvolvimento rural, nacionais ou regionais. Deste modo, abrem-se-lhe novas possibilidades de aplicação a uma escala muito mais vasta e a uma gama muito mais ampla de actividades de desenvolvimento rural que até agora.

A abordagem Leader incentiva os territórios rurais a explorarem novas formas de se tornarem ou permanecerem competitivos, de utilizarem da melhor maneira os seus trunfos e de vencerem os desafios que possam enfrentar, como envelhecimento da população, níveis reduzidos de oferta de serviços ou falta de oportunidades de emprego. Desse modo, a abordagem Leader contribui para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, tanto das famílias de agricultores como da população a nível mais amplo, utilizando uma abordagem global de resolução dos problemas dessas zonas. Por exemplo, a abordagem Leader reconhece que ser competitivo a nível da produção de alimentos, desfrutar de um ambiente atraente e criar oportunidades de emprego para a população local constituem aspectos complementares da vida rural, que exigem competências específicas, tecnologias adequadas e serviços que devem ser encarados como um conjunto coerente e acompanhados de medidas políticas específicas.

Desde o seu lançamento em 1991, a iniciativa Leader tem funcionado de modo a proporcionar às comunidades rurais da UE um método de implicar os parceiros locais na orientação do desenvolvimento futuro da sua zona. A abordagem Leader, que suscitou um elevado nível de interesse na UE e muito para além desta, foi objecto de emulação para além do estrito círculo dos seus beneficiários. Devido à sua capacidade de lidar com os problemas de desenvolvimento através de novas formas de parceria e da ligação entre actividades, o interesse gerado pela abordagem Leader chegou mesmo, por vezes, a influenciar as administrações e as políticas nacionais, regionais e locais.

A abordagem Leader complementa outros programas europeus e nacionais. As acções Leader podem, por exemplo, activar ou mobilizar os recursos locais através do apoio a projectos de pré-desenvolvimento (como estudos de diagnóstico ou de viabilidade ou criação de capacidades locais) que melhoram a capacidade dessas zonas para aceder e utilizar não só os fundos Leader mas também outras fontes de financiamento com vista ao seu desenvolvimento (por exemplo, programas de desenvolvimento rural e regional a um nível nacional e comunitário mais vasto). A abordagem Leader apoia também sectores e categorias de beneficiários que com frequência não recebem apoio, ou recebem apenas um apoio limitado, no âmbito de outros programas que operam nas zonas rurais (como activida-

⁽¹⁾ Na UE com 25 Estados-Membros (EU-25).

⁽²⁾ Em francês: «Liaison entre actions de développement rural».

⁽³⁾ A UE com 15 Estados-Membros antes do alargamento (para 25 Estados-Membros) em Maio de 2004.

des culturais, melhoria do ambiente natural, reabilitação do património arquitectónico, turismo rural, melhoria das ligações entre produtores e consumidores, etc.).

A iniciativa Leader incentiva os agentes socioeconómicos a trabalharem em conjunto com vista à produção de bens e serviços que gerem um valor acrescentado máximo na respectiva zona.

Breve história da abordagem Leader

A abordagem Leader foi lançada em 1991 com o objectivo de aumentar o potencial de desenvolvimento das zonas rurais, baseando-se em iniciativas e competências locais, promovendo a aquisição do saber-fazer no domínio do desenvolvimento integrado local e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais.

a) Leader como parte integrante da política de desenvolvimento rural global da UE

Os objectivos da iniciativa Leader estão em sintonia com os da política de desenvolvimento rural global da UE. A PAC, em permanente evolução, tem em conta a diversidade das zonas e paisagens rurais, a riqueza das identidades locais e o valor cada vez maior que a sociedade atribui a um ambiente natural de elevada qualidade. Estes aspectos são considerados os mais importantes trunfos das zonas rurais comunitárias.



b) História da abordagem Leader

As várias abordagens ao desenvolvimento rural experimentadas antes de 1990 eram tipicamente sectoriais, essencialmente dirigidas aos agricultores e destinavam-se a incentivar mudanças estruturais no sector agrícola. Eram abordagens «de cima para baixo» e comportavam regimes de apoio decididos a nível regional ou nacional. Os agentes locais nem sempre eram encorajados a adquirir as competências necessárias para se tornarem os arquitectos do futuro das suas próprias zonas.

Gradualmente, uma abordagem ascendente por zona, envolvendo as comunidades locais e acrescentando valor aos recursos locais, foi-se tornando uma nova forma de criar trabalho e actividades nas zonas rurais. De uma forma experimental, a abordagem Leader começou a reunir, a nível local, vários projectos e ideias, agentes e recursos, vindo a revelar-se um instrumento ideal para testar a forma de desenvolver oportunidades para as zonas rurais.

Desde o seu lançamento em 1991, a percentagem de território comunitário em que a abordagem Leader é aplicada, o número de grupos Leader e o nível de financiamento atribuído a abordagens do mesmo tipo aumentaram substancialmente.

c) Contexto político: de iniciativa-piloto à integração

Em termos políticos, a abordagem Leader foi introduzida como uma «iniciativa comunitária» financiada pelos fundos estruturais comunitários, tendo incluído três gerações: Leader I (1991-1993), Leader II (1994-1999) e Leader+ (2000-2006). Durante este período, os Estados-Membros e as regiões dispuseram de programas Leader autónomos, com financiamento separado estabelecido ao nível comunitário. A partir de 2007, a abordagem Leader será integrada na política de desenvolvimento rural global da UE. Tal significa que a abordagem Leader será incluída nos programas de desenvolvimento rural regionais e nacionais apoiados pela UE, em conjunto com outros eixos de desenvolvimento rural. O financiamento para os eixos Leader a partir de 2007 provirá de dotações globais que cada Estado-Membro receberá da UE no âmbito do novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) a fim de apoiar o desenvolvimento rural.

Iniciativas Leader	Número de grupos de ação local	Superfície abrangida	Financiamento UE
Leader I	217	367 000 km ²	442 milhões de euros
Leader II	906	1 375 144 km ²	1 755 milhões de euros
Leader+	893	1 577 386 km ²	2 105,1 milhões de euros

2. As sete características essenciais da abordagem Leader

O conceito Leader

O conceito principal subjacente à abordagem Leader consiste em considerar que, dada a diversidade das zonas rurais europeias, as estratégias de desenvolvimento são mais eficazes se forem decididas e implementadas a nível local pelos agentes locais, acompanhadas de procedimen-

tos claros e transparentes e apoiadas pelas administrações públicas competentes e pela assistência técnica necessária para a transferência de boas práticas. A diferença entre a abordagem Leader e outras medidas rurais mais tradicionais consiste em indicar «como» proceder e não «aquilo» que há que fazer. Sete características principais resumem a abordagem Leader. Essas características são em seguida descritas separadamente, mas é importante considerá-las como um conjunto de ferramentas. Cada característica complementa e interage positivamente com as outras ao longo de todo o processo de implementação, com efeitos duradouros na dinâmica das zonas rurais e na capacidade de resolução dos seus próprios problemas.



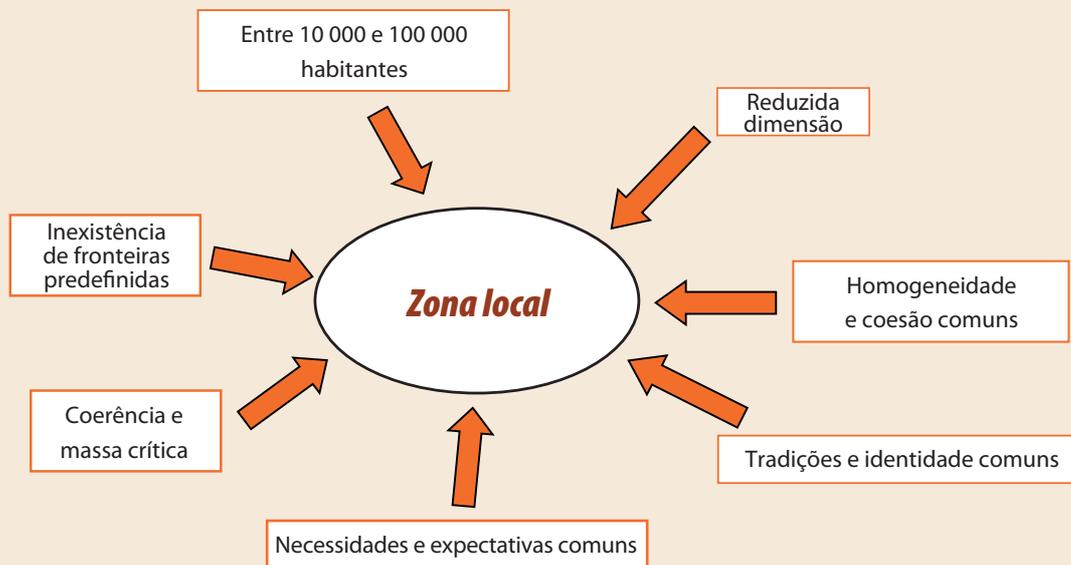
Característica n.º 1. Estratégias locais de desenvolvimento por zona

Uma abordagem por zona considera como zona-alvo para a aplicação da política em causa um território pequeno, homogéneo e socialmente coerente, frequentemente caracterizado por tradições comuns, uma entidade local e um sentimento de pertença ou por necessidades e expectativas comuns. Considerar tal zona como uma referência facilita o reconhecimento dos pontos fortes e fracos locais, das ameaças e oportunidades e do potencial endógeno respectivo, bem como a identificação dos mais importantes estrangulamentos que afectam o desenvolvimento

sustentável. «Abordagem por zona» significa essencialmente abordagem «local».

Esta abordagem é susceptível de funcionar melhor que outras abordagens, uma vez que permite que as acções sejam definidas de um modo mais preciso, a fim de corresponderem às necessidades reais e às vantagens competitivas locais. A zona escolhida deve caracterizar-se por uma coerência e massa crítica suficientes em termos de recursos humanos, financeiros e económicos, para poder constituir a base de uma estratégia de desenvolvimento local viável. Essa zona não tem que corresponder a fronteiras administrativas predefinidas.

Abordagem por zona



A definição de «zona local» não é universal nem estática. Pelo contrário, evolui e muda em função de alterações económicas e sociais mais vastas, do papel da agricultura, da gestão do espaço rural e das preocupações ambientais, bem como do modo de apreender globalmente as zonas rurais.

Característica n.º 2. Abordagem ascendente

A abordagem ascendente significa que os agentes locais participam na tomada de decisões no que respeita à estratégia e à selecção das prioridades a prosseguir na sua zona local. A experiência mostrou que a abordagem ascendente não deve ser considerada alternativa ou oposta às abordagens descendentes das autoridades regionais e/ou nacionais, mas sobretudo como susceptível de se combinar e interagir com elas, com vista a alcançar melhores resultados globais.

Das sete características da iniciativa Leader, a mais emblemática é a abordagem ascendente. As políticas rurais que seguem esta abordagem devem ser definidas e executadas do modo melhor adaptado às necessidades das comunidades a que se destinam. A forma de garantir que assim acontece consiste em convidar os agentes locais a assumirem a liderança e a participarem. Tal é verdade tanto para a EU-15 como para a EU-25, mas é também importante para países que aspiram a fazer parte da União, nos quais exis-

tem problemas estruturais a nível da agricultura e muitas oportunidades de melhorar a qualidade da vida rural.

O envolvimento dos agentes locais diz respeito à população em geral, a grupos de interesse económico e social e a instituições públicas e privadas representativas. O desenvolvimento das capacidades é uma componente essencial da abordagem ascendente, que envolve:

- sensibilização, formação, participação e mobilização da população local com vista a identificar os pontos fortes e fracos da zona (análise);
- participação de diferentes grupos de interesse no estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento local;
- definição de critérios claros para a selecção, a nível local, das acções adequadas (projectos) à aplicação da estratégia.

A participação não deve ser limitada à fase inicial, mas ser alargada a todo o processo de execução, contribuindo assim para a própria estratégia, a realização dos projectos seleccionados, o estabelecimento de um balanço e a retirada de ensinamentos para o futuro. Colocam-se igualmente importantes questões de transparência, que devem ser resolvidas no quadro dos procedimentos de mobilização e consulta, com vista a alcançar o consenso através do diálogo e da negociação entre os agentes participantes.

Característica n.º 3. Parcerias locais dos sectores público e privado: grupos de acção local (GAL)

Estabelecer uma parceria local, denominada «grupo de acção local» (GAL), é uma característica importante e original da abordagem Leader. Os GAL são responsáveis pela tarefa de identificar e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento, tomar decisões sobre a atribuição dos seus recursos financeiros e gerir esses mesmos recursos. A probabilidade de os GAL serem eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável resulta de:

- agregarem e combinarem recursos humanos e financeiros dos sectores público, privado, da sociedade civil e do voluntariado;
- associarem agentes locais em torno de projecto colectivos e acções multissetoriais, com vista a criar as sinergias, a propriedade comum e a massa crítica necessárias para aumentar a competitividade económica da zona;
- reforçarem o diálogo e a cooperação entre diferentes agentes rurais, que frequentemente têm reduzida experiência do trabalho em conjunto, através da redução dos conflitos potenciais e da maior faci-

lidade em alcançar soluções negociadas mediante consulta e discussão;

- facilitarem, através da interacção entre diferentes parceiros, os processos de adaptação e mudança no sector agrícola (por exemplo, no que respeita a produtos de qualidade e cadeias alimentares), a integração das preocupações ambientais, a diversificação da economia rural e a qualidade de vida.

Os GAL devem associar parceiros públicos e privados, ser equilibrados e representativos dos grupos de interesse locais correspondentes aos vários sectores socioeconómicos da zona. A nível da tomada de decisões, os parceiros e associações do sector privado devem representar, pelo menos, 50% da parceria local.

Os GAL podem ser criados especificamente para obtenção do apoio Leader ou ser baseados em parcerias previamente existentes. Dispondo de uma equipa de profissionais e do poder de tomada de decisões, os GAL representam um modelo de organização susceptível de influenciar positivamente a elaboração de políticas. A experiência mostra que, a partir dessas características comuns e em consequência de diversas formas de organização política e ins-



titucional a nível regional e nacional, foram criados vários tipos de GAL, com diferentes graus de autonomia quanto à aprovação de projectos e gestão financeira. À medida que aumentou a familiaridade com a abordagem Leader, o papel e as responsabilidades dos GAL em alguns Estados-Membros evoluíram ao longo do tempo.

Os GAL decidem a direcção e o conteúdo da estratégia local de desenvolvimento rural e tomam decisões quanto aos diferentes projectos a financiar. Os pagamentos são com frequência realizados por uma autoridade de pagamento, que gere o financiamento público, e não pelo próprio GAL, com base na selecção de projectos feita pelo GAL.

Os agentes rurais mais activos nas iniciativas locais são:

- organizações e uniões profissionais (que representam agricultores, profissionais não agrícolas e micro-empresas);
- associações comerciais; cidadãos, residentes e suas organizações locais;
- representantes políticos locais;
- associações ambientais;
- fornecedores de serviços culturais e comunitários, incluindo os meios de comunicação;
- associações de mulheres;
- jovens.



Grupo de acção local



Um grupo de acção local deve:

- reunir os grupos de interesse de uma zona em torno de um projecto comum;
- ter autonomia em termos de tomada de decisões e capacidade de ter uma visão inovadora dos recursos locais;
- ser capaz de estabelecer ligações entre as diferentes medidas;
- ser capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo conjunto de recursos locais;
- ser aberto a ideias inovadoras;
- ser capaz de relacionar e integrar abordagens sectoriais distintas.

Uma parte importante das responsabilidades de gestão (por exemplo, selecção de projectos, pagamento, acompanhamento, controlo e avaliação) relativas às operações individuais é delegada nos grupos de acção local. No entanto, o grau de autonomia dos GAL pode variar, de forma considerável, em função do modo de organização e do contexto institucional específicos dos Estados-Membros. As subvenções globais constituem a forma mais comum de financiamento dos projectos e acções Leader. Tais subvenções, co-financiadas por fundos comunitários e fundos públicos nacionais, cobrem uma percentagem variável das exigências financeiras de um projecto, em função do tipo de projecto e do tipo de zona.

Característica n.º 4. Facilitar a inovação

A iniciativa Leader pode desempenhar um valioso papel de estímulo de abordagens novas e inovadoras ao desenvolvimento das zonas rurais. Essa inovação é incentivada ao serem atribuídas aos GAL amplas margens de liberdade e flexibilidade para a tomada de decisões acerca das acções que queiram apoiar.

A inovação deve ser entendida em sentido lato, podendo significar a introdução de um novo produto, um novo processo, uma nova organização ou um novo mercado. Esta definição comum de inovação é válida tanto para as zonas rurais como para as urbanas. No entanto, as zonas rurais, devido à sua baixa densidade populacional e ao nível relativamente escasso de recursos humanos e físicos, têm ligações mais fracas com os centros de investigação e desenvolvimento e podem ter dificuldades para produzir inovações radicais, embora tal seja, evidentemente, possível.

A inovação nas zonas rurais pode implicar a transferência e adaptação de inovações desenvolvidas noutras zonas, a modernização de formas tradicionais de saber-fazer ou a criação de novas soluções para problemas rurais persistentes, que outras intervenções se tenham revelado incapazes de resolver de forma satisfatória e sustentável. Tal pode dar origem a novas respostas para problemas específicos das zonas rurais.

Introduzir a abordagem Leader, com as suas sete características, pode constituir uma verdadeira inovação em termos de elaboração das políticas, que pode gerar acções inovadoras através do método original adoptado. A abordagem ascendente atrás descrita, por exemplo, pode estimular a emergência de novas ideias de projectos, que podem em seguida ser apoiadas pelos GAL, uma vez que estes não estão obrigados a respeitar um conjunto fixo de medidas. A adopção das tecnologias da informação e da comunicação nas zonas rurais pode tornar-se um importante canal para um acesso mais amplo da população rural às inovações.

Característica n.º 5. Acções integradas e multisectoriais

A iniciativa Leader não é um programa de desenvolvimento sectorial; a estratégia local de desenvolvimento deve ter uma base multisectorial, integrando vários sectores de actividade. As acções e projectos contidos em estratégias locais devem estar relacionados e ser coordenados como um todo coerente. A integração pode dizer respeito a acções realizadas num único sector, todas as acções ou grupos específicos de acções do programa ou, mais importante ainda, ligações entre os diferentes agentes e sectores económicos, sociais, culturais e ambientais envolvidos.

Característica n.º 6. Ligação em rede

A ligação em rede inclui o intercâmbio de resultados, experiências e saber-fazer entre grupos Leader, zonas rurais, administrações e organizações envolvidas no desenvolvimento rural na UE, sejam ou não beneficiários directos da iniciativa Leader. A ligação em rede é um meio de transferir boas práticas, de divulgar a inovação e de retirar ensinamentos do desenvolvimento rural a nível local. A ligação em rede forja ligações entre as pessoas, projectos e zonas rurais e pode, desse modo, ajudar a ultrapassar o isolamento que afecta algumas regiões rurais, podendo também estimular projectos de cooperação ao pôr os grupos Leader em contacto uns com os outros.

Existem diferentes tipos de redes:

■ Redes institucionais

Estas redes são financiadas pela Comissão Europeia, que define o seu papel. A UE apoia as estruturas de ligação em rede, tanto a nível nacional como europeu, que reúnem grupos Leader, autoridades administrativas e todos os outros parceiros interessados que participam no desenvolvimento rural.



A partir de 2007, os tipos de redes institucionais serão:

- uma rede europeia de desenvolvimento rural (gerida pela Comissão);
- uma rede rural nacional, a instaurar em cada Estado-Membro.

As actividades de ligação em rede têm prioritariamente incidido apenas na abordagem Leader, mas a partir de 2007 serão dirigidas a uma gama muito mais vasta de questões de desenvolvimento rural. Passarão a dispor do apoio de peritos e a realizar actividades práticas, tais como preparação de publicações sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento rural, organização de seminários, análise de acções de desenvolvimento rural com vista a identificar as boas práticas, identificação das tendências de evolução nas zonas rurais, gestão de sítios *web*, apoio à procura, por parte dos grupos Leader, de parceiros potenciais e lançamento de projectos de cooperação. A rede europeia funciona igualmente como ponto de encontro das redes e administrações nacionais em cada Estado-Membro, com vista à partilha da experiência obtida a nível europeu. A participação nas actividades de ligação em rede é obrigatória para todos os grupos Leader que recebem apoio financeiro comunitário, mas a introdução de conhecimentos e experiências na rede por parte de outros grupos é igualmente bem-vinda.

■ Redes locais, regionais e nacionais

Redes ou associações de grupos Leader foram igualmente criadas ou emergiram de um modo mais informal a nível local, regional ou nacional em alguns Estados-Membros (por exemplo, a rede de grupos irlandeses e gregos) e a nível europeu (por exemplo, a *European Leader Association for Rural Development* — ELARD — ver secção 5, «Pontos de contacto», p. 23).

Característica n.º 7. Cooperação

A cooperação vai mais além da ligação em rede, envolvendo a realização de um projecto conjunto com outro grupo Leader ou com um grupo que adopta uma abordagem semelhante noutra região, noutro Estado-Membro ou mesmo num país terceiro.

A cooperação pode ajudar os grupos Leader a incentivar as suas actividades locais, permitindo-lhes resolver certos problemas ou acrescentar valor aos recursos locais. Pode, por exemplo, ser um modo de alcançar a massa crítica necessária para que um determinado projecto seja viável ou para incentivar a realização de acções complementares, nomeadamente a comercialização conjunta por grupos Leader em diferentes regiões cujas diversas zonas partilham uma especialização num determinado produto (nozes, lã, etc.) ou o desenvolvimento conjunto de iniciativas turísticas baseadas numa herança cultural comum (céltica, românica, etc.).



Os projectos de cooperação não são simples intercâmbios de experiências e devem envolver um projecto conjunto concreto, que é melhor gerido com uma estrutura comum.

Existem dois tipos diferentes de cooperação possível no âmbito da abordagem Leader:

- cooperação interterritorial: significa a cooperação entre diferentes zonas rurais num Estado-Membro.

Pode estabelecer-se entre grupos Leader, estando igualmente aberta a outros grupos locais que utilizem uma abordagem de participação semelhante;

- cooperação transnacional: significa a cooperação entre grupos Leader de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou com grupos de países terceiros que sigam uma abordagem semelhante.

3. Aplicação da abordagem Leader a nível local

As sete características principais explicam por si próprias em que consiste a abordagem Leader. Pôr estes princípios em prática significa que pessoas reais definem estratégias locais e participam em actividades. Esta secção descreve alguns passos básicos do processo da aplicação da abordagem Leader em zonas em que esta é utilizada pela primeira vez. Não se tenta descrever todas as situações possíveis, visto que as actividades Leader são demasiado diversas para que tal possa acontecer.

O envolvimento dos agentes locais em zonas em que a abordagem Leader ainda não foi aplicada começa habitualmente quando se torna claro que um Estado-Membro ou região, num determinado momento no futuro, aplicará a abordagem Leader (por exemplo, quando da adesão à UE) e, por conseguinte, publicará, oportunamente, um concurso público para a apresentação de propostas dirigido aos potenciais grupos Leader (4). Numa situação ideal, o processo de aplicação da abordagem Leader implica os passos a seguir indicados.

a) Criação de capacidades

Trata-se do primeiro passo a seguir na aplicação da abordagem Leader a nível local. Para que esta abordagem inovadora funcione adequadamente, os agentes locais devem ter ou adquirir as capacidades necessárias em termos de ideias de projectos e de saber-fazer, os recursos humanos a consagrar a actividades específicas e, evidentemente, as competências financeiras para gerir essas actividades. No passado, este processo constituiu com frequência um exercício de aprendizagem através da prática. Actualmente, a experiência acumulada deveria tornar tal tarefa mais fácil. A utilização da ligação em rede e outros instrumentos de comunicação constitui um grande apoio na criação das referidas capacidades, uma vez que não só fornece informações acerca da abordagem Leader como serve para aumentar o interesse dos agentes locais na preparação de uma estratégia de desenvolvimento rural e de projectos associados, gerando desse modo a massa crítica exigida. A criação de capacidades não é uma actividade

(4) No caso dos actuais Estados-Membros, pode ser posto em prática um processo semelhante quando os Estados-Membros ou regiões organizam um novo processo de selecção de grupos Leader no início de um novo período de programação, bem como quando zonas rurais do país que não receberam anteriormente apoio a título da iniciativa Leader podem desejar concorrer.

individual mas sim uma actividade colectiva, na qual diferentes agentes rurais tomam consciência da abordagem e do seu modo de aplicação, podendo subsequentemente divulgá-la, nela participar e dela beneficiar.

b) Reunir os agentes locais

O segundo passo consiste, com frequência, na organização de reuniões ou seminários na zona, a fim de reunir os principais agentes interessados, propiciar a emergência de ideias e permitir que os agentes locais discutam as necessidades da sua zona numa base sólida. Existem muitas formas de reunir os agentes locais: seminários e ateliês, reuniões públicas, meios de comunicação e telecomunicações e feiras e exposições são os meios mais comuns para reunir esses agentes com vista à discussão das questões de interesse comum e à tomada de consciência da existência de diferentes opiniões e projectos.

c) Análise do território

Uma análise pormenorizada da zona rural em causa é essencial. Normalmente, essa análise concentra-se na identificação do «capital territorial», ou seja, dos recursos da zona (pessoas, actividades, paisagens, património, saber-fazer), não na forma de um inventário mas das características únicas que podem ser desenvolvidas. A análise dessas características e os pontos essenciais identificados durante a análise da zona devem conduzir à identificação de possíveis estratégias locais de desenvolvimento, próprias da zona rural em questão. A elaboração de uma análise da zona permite também que os agentes locais possam empenhar-se numa visão da zona a médio e a longo prazos. Embora, no âmbito dessa análise, os conhecimentos especializados sejam importantes, é essencial que diferentes «visões» do futuro e da melhor estratégia para a zona em causa possam ser publicamente discutidas e que seja alcançado um elevado grau de consenso.

d) Identificação das actividades/iniciativas existentes

Um passo crucial do processo Leader, relacionado com a análise territorial, consiste na realização pelos agentes locais de uma análise das medidas de desenvolvimento rural já existentes, que estão em vias de ser implementadas ou planeadas na sua zona. Estabelecer que iniciativas já existem é fundamental para decidir se se deve continuar com base nelas ou se é necessário substituí-las. Tal reduz igualmente os riscos de duplicação.

e) Criação de uma parceria

Durante a fase de análise, a abordagem ascendente exige uma sensibilização (através da informação) e um compromisso com vista a analisar os pontos fortes e fracos da zona rural e identificar as necessidades e expectativas (através de métodos de análise participativa). Este estágio engloba toda a comunidade, em especial os grupos activos que conduzem o processo. Durante a fase de planeamento das escolhas estratégicas para a zona (ou seja, de identificação de tópicos/projectos prioritários para os quais deve ser obtido apoio financeiro), a abordagem ascendente exige a participação de vários grupos de interesse (através, por exemplo, da criação de grupos de trabalho *ad hoc*).

A reunião de agentes locais e a análise do território facilita a identificação dos elementos que é necessário incluir na parceria público/privado e que garantem a gestão da execução. No final, tal leva à criação de um grupo de acção local. O GAL é a parceria que efectivamente aplica a abor-

dagem local de desenvolvimento decidida pela comunidade.

f) Preparação da estratégia local de desenvolvimento

A abordagem local de desenvolvimento é formalizada num documento de estratégia local de desenvolvimento. Este documento inclui o estabelecimento dos objectivos, a definição das prioridades estratégicas e o ordenamento das acções a realizar por prioridades. Esta estratégia local de desenvolvimento constituirá a base do pedido apresentado pelo GAL para obtenção de apoio da iniciativa Leader no âmbito de concursos públicos para apresentação de propostas organizados pelos Estados-Membros/regiões. Os Estados-Membros ou regiões seleccionam os GAL a quem atribuirão orçamentos para a aplicação das suas estratégias locais.



4. Leader no futuro: integração

Uma análise recente da política de desenvolvimento rural da UE concluiu que a iniciativa Leader atingiu um nível de maturidade que permite às zonas rurais aplicar a abordagem Leader no quadro mais vasto da programação geral relativa ao desenvolvimento rural. Vários Estados-Membros que aderiram à UE em 2004 já adoptaram medidas integradas do tipo Leader nos seus programas 2004-2006.

O próximo período de programação (2007-2013)

a) Nova ênfase na abordagem Leader

Em 20 de Setembro de 2005, o Conselho aprovou um novo regulamento relativo ao apoio ao desenvolvimento rural para o próximo período de programação (2007-2013) ⁽⁵⁾. Este regulamento coloca maior ênfase na abordagem do tipo Leader. No próximo período, cada programa de desenvolvimento rural deve incluir uma componente Leader com vista à aplicação de estratégias locais ascendentes de desenvolvimento. Um mínimo de 5% do financiamento comunitário para cada programa será reservado para a iniciativa Leader (a título de um «eixo Leader» no contexto dos programas). Esta percentagem pode ser introduzida gradualmente nos Estados-Membros da EU-10 ⁽⁶⁾, que aplicarão uma média de 2,5% para a iniciativa Leader no período de 2007-2013, dada a sua experiência mais limitada da abordagem Leader. Os Estados-Membros ou regiões seleccionarão GAL com base nas estratégias locais de desenvolvimento que proponham. Cada programa terá por objectivo financiar a criação de capacidades e o

incentivo indispensável para a preparação dessas estratégias locais, os custos operacionais das estruturas dos GAL e a execução das estratégias locais de desenvolvimento e dos projectos de cooperação entre GAL. A criação da rede europeia de desenvolvimento rural (ver secção 2, característica n.º 6) reforçará as estruturas de ligação em rede.

b) Novos Estados-Membros e países em vias de adesão

As actividades agrícolas desempenham um papel muito importante no desenvolvimento rural dos novos Estados-Membros e dos países candidatos à adesão à UE. As alterações institucionais e estruturais no sector agrícola ocorridas na última década deram origem a uma taxa mais elevada de desemprego de longa duração, ao despovoamento de algumas zonas e a uma diminuição do fornecimento de serviços e infra-estruturas. A abordagem ascendente reforçada da iniciativa Leader, que dá às autoridades e comunidades locais mais protagonismo na definição e execução dos programas destinados a satisfazer as necessidades locais e que considera as zonas rurais como territórios em vez de atender apenas ao sector agrícola, será igualmente importante nos países que aspiram a tornar-se membros da UE. Muitos destes países tiveram, nos anos recentes, uma experiência limitada em tais abordagens participativas. Desde a adesão, em 1 de Maio de 2004, os 10 novos Estados-Membros já têm a possibilidade de aplicar uma medida integrada do tipo Leader financiada pela secção Orientação do FEOGA ⁽⁷⁾. Seis desses 10 novos Estados-Membros incluíram uma medida de tipo Leader nos seus programas do objectivo n.º 1 ⁽⁸⁾. Uma forte ênfase será colocada na criação de capacidade administrativa para estimular e apoiar a criação de GAL.

⁽⁵⁾ Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) (JO L 277 de 21.10.2005).

⁽⁶⁾ Os 10 novos Estados-Membros que aderiram à UE em Maio de 2004.

⁽⁷⁾ Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola.

⁽⁸⁾ O objectivo n.º 1 dos fundos estruturais promove o desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões com atraso de desenvolvimento (período de 2000-2006).

5. Pontos de contacto para obter informações adicionais sobre a abordagem Leader

a) Observatório Europeu Leader, criado pela Comissão Europeia

O sítio *web* do Observatório Leader oferece informações úteis sobre todos os aspectos da abordagem Leader. Os menus da página principal e as informações de carácter geral estão disponíveis em todas as línguas da UE alargada.

<http://ec.europa.eu/leaderplus>

Neste sítio existe igualmente uma ligação para sítios de cada uma das unidades das redes nacionais.

Ponto de contacto do Observatório Leader+:

contact.point@leaderplus.org

Tel.: (32-2) 235 20 20

Fax: (32-2) 280 04 38

Para obtenção de informações mais gerais sobre as medidas de desenvolvimento rural na UE consulte:

http://ec.europa.eu/agriculture/rur/index_en.htm

b) Nível regional/nacional

É provável que as fontes de informação mais imediatas para profissionais se encontrem a nível regional/nacional, em função da estrutura de programação do país em causa. Essas fontes são demasiado numerosas para serem aqui mencionadas, mas podem ser encontradas quer utilizando fontes nacionais conhecidas quer recorrendo às seguintes ligações:

Estados-Membros da UE

http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/memberstates/index_en.htm

Países em vias de adesão e países candidatos

http://ec.europa.eu/agriculture/use/index_en.htm

c) Outras redes úteis

ELARD (*European Leader Association for Rural Development*)

ELARD é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1999, que representa mais de 600 GAL de nove Estados-Membros da UE, quer através das suas redes nacionais, quer como membros a título individual.

<http://personal.telefonica.terra.es/web/elard/>

«Prepare» (Partnership for Rural Europe)

O programa «Prepare» destina-se a reforçar a sociedade civil nas zonas rurais, em especial nos dez novos Estados-Membros e nos países em vias de adesão, bem como a promover o intercâmbio multinacional no domínio do desenvolvimento rural. Incide, em especial, na promoção de parcerias entre ONG e os governos no domínio do desenvolvimento rural e, conseqüentemente, na abordagem Leader.

<http://www.preparenetwork.org/index.php>



d) Publicações Leader

As últimas publicações Leader+ do Observatório Europeu (Leader+ *Flash News* e Leader+ *Magazine*) podem ser encontradas através do sítio *web* Leader+ (ver ponto 5a na página anterior).

Leader+ Magazine é publicado três vezes por ano e constitui uma referência para as informações acerca de projectos realizados ou em vias de realização no âmbito da iniciativa Leader+. Apresenta estudos de casos.

Flash News proporciona regularmente notícias acerca do que está a acontecer em matéria de desenvolvimento rural,

no que respeita às actividades Leader e a publicações com interesse, a nível da UE. É um bom ponto de partida para obter informações sobre a abordagem Leader e tem a sua própria secção interactiva, para a qual é possível contribuir e na qual é possível inscrever-se.

Para assinar directamente *Leader+ Magazine* e *Flash News*, pode ser utilizado um formulário de inscrição em linha.

As redes nacionais Leader dos Estados-Membros também produzem regularmente publicações que podem ser encontradas em:

http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/publications/nnu_en.htm»

6. Exemplos da abordagem Leader na prática

A importância da abordagem Leader é demonstrada pelos inúmeros projectos de inegável valor apoiados em anos recentes, que tiveram um real impacto no quotidiano das populações que vivem nas zonas rurais. Os exemplos aqui apresentados dão uma ideia da variedade e da criatividade das estratégias de desenvolvimento rural aplicadas pelos GAL em várias regiões da Europa. Além disso, demonstram como os GAL fizeram uma utilização apropriada das oportunidades disponíveis no âmbito da iniciativa Leader para cooperarem a nível regional, nacional e europeu e para se ligarem em rede com vista a partilhar experiências e boas práticas.

Os exemplos a) a c) correspondem a projectos realizados a nível local por GAL, correspondendo o exemplo d) a um projecto de cooperação transnacional entre três GAL em dois Estados-Membros.

a) Uma estratégia para produtos de qualidade da região de Montiferru-Sardenha (Itália)

Região, distrito:	Sardenha
Nome do GAL:	LAG Montiferru, Barigadu, Sinis
Custo total do projecto:	8 080 euros ⁽⁹⁾
Parte financiada pela UE:	4 096 euros
Outros fundos públicos:	2 619 euros
Fundos privados:	1 365 euros

Desde 1950 que a zona do GAL de Montiferru, que inclui Barigadu e Sinis, registou um elevado nível de migração da sua população rural para as zonas urbanas. Em consequência, a agricultura e muitas outras actividades tradicionais foram perdendo a sua mão-de-obra e igualmente os conhecimentos e as competências exigidas para a elaboração dos produtos tradicionais da região. O agravamento gradual da situação demográfica afectou profundamente a comunidade local, criando um sentimento de perda da respectiva identidade através do desaparecimento dos hábitos e costumes tradicionais. A perda de actividades agrícolas deu igualmente origem a problemas ambientais, tais como a erosão do solo e o desaparecimento de ecotipos e espécies endémicas.

O principal objectivo do GAL de Montiferru consistiu em revitalizar o sistema socioeconómico da região com base no seu efectivo animal e nas suas empresas artesanais. Tal foi alcançado:

- acrescentando valor aos produtos locais e facilitando seu acesso aos mercados locais;
- salvaguardando os recursos naturais que estão em perigo de desaparecer;
- promovendo a imagem de Montiferru;
- recuperando a herança sociocultural da comunidade local (os hábitos e os costumes que tinham previamente caracterizado a vida da zona rural).

O GAL empenhou-se num processo de acrescentar valor e de apoiar o sector agro-alimentar local a alcançar um lugar no mercado. Os projectos incidiram num queijo local típico, denominado «casizolu», feito com leite de uma raça bovina específica — Modicano Sarda. As vacas pastam em pastagens e produzem um leite com um gosto característico a «madeira e folha». Os investimentos na produção de queijo «casizolu» incidiram nos seguintes aspectos: melhoria do processo de produção; planeamento da segurança alimentar; cursos de formação; financiamento da transformação; assistência na comercialização; ligação em rede com outros produtos de qualidade locais (mel, azeite virgem extra, vinho malvasia); reforço da presença do queijo no sector da restauração de qualidade; e apoio aos produtores no sentido de satisfazerem a procura do mercado através de técnicas de gestão da cadeia de fornecimento.

Nome da pessoa de contacto:	Salvatore Polo
Endereço:	Piazza Mannu snc Seneghe - 09070
Número de telefone:	(39) 078 35 41 32
Número de fax:	(39) 078 35 41 32
E-mail:	galmb@tiscali.it



⁽⁹⁾ O custo total do projecto refere-se ao custo do projecto específico descrito e não ao orçamento global do GAL em causa.

b) Modernização da colheita de cana e junça em Norfolk Broads (Reino Unido)

Região, distrito:	Norfolk
Nome do GAL:	Broads & Rivers
Custo total do projecto:	172 425 euros
Parte financiada pela UE:	58 820 euros
Outros fundos públicos:	113 605 euros

Uma característica essencial da paisagem de Norfolk Broads é a grande extensão de cana e junça ao longo dos seus famosos cursos de água. Os ambientalistas consideram essas zonas húmidas como um habitat internacionalmente importante no qual existem plantas e animais raros. A conservação dessas zonas depende do corte periódico de canas e junças, tradicionalmente colhidas para fins comerciais com vista a fornecer matérias-primas para o fabrico de telhados, garantindo assim uma ligação entre a tradição arquitectónica da zona e o seu ambiente natural.

Apesar da modernização, a indústria de canas e junças de Broads enfrentou graves dificuldades causadas, em parte, pelas importações e consequentes preços baixos. Os cortadores de canas e junças não foram capazes de substituir maquinaria essencial e o sector não conseguiu atrair novos elementos que substituíssem os que se reformavam. Um estudo de 2002 não identificou mais que vinte cortadores comerciais, dos quais muito poucos com menos de trinta anos e vários que se aproximavam ou estavam

mesmo além da idade da reforma. O moral na região era baixo e vários cortadores não confiavam nas organizações ambientalistas que, aparentemente, favoreciam a gestão dos caniçais por voluntários.

O financiamento Leader+ proporcionou formação e está a permitir restaurar novas superfícies de caniçais abandonados. Deste modo, são criadas novas oportunidades comerciais, aumentando simultaneamente a eficácia e o rendimento das já existentes, por exemplo fornecendo novas máquinas e também aumentando o potencial de ganhos dos membros do GAL fora das épocas de corte das canas e das junças. Foram obtidos benefícios menos tangíveis, como a formação de uma associação que permitiu às organizações ambientalistas e outras conhecer os pontos de vista das empresas de corte de canas e junças, enquanto grupo, sobre questões como o objectivo da recuperação dos caniçais e a concepção das obras destinadas a reduzir os efeitos das inundações.

Um primeiro projecto conseguiu deter o declínio da indústria local de corte das canas e junças e aumentou fortemente a confiança e o optimismo. Um segundo projecto incide nas necessidades a prazo mais dilatado do sector, atraindo e apoiando novos elementos, aumentando a eficiência e os rendimentos das empresas existentes e melhorando a promoção das canas e junças de Broads.

Nome da pessoa de contacto:

Malcolm Hackett

Endereço: Economic Development Unit,
Norfolk County Council,
County Hall, Martineau Lane,
Norwich NR1 2DH

Número de telefone: (44-1603) 22 89 60

Número de fax: (44-1603) 22 33 45

E-mail: malcolm.hackett@norfolk.gov.uk

Sítio web: <http://www.broadsandrivers.org.uk>

c) Um futuro seguro com o devido respeito pelo passado

Região, distrito :	Sul de Kymi
Nome do GAL:	Sepra
Custo total do projecto:	59 436 euros
Parte financiada pela UE:	22 968 euros
Outros fundos públicos :	22 968 euros
Fundos privados:	13 500 euros

Sepra é uma associação registada que actua nas zonas rurais dos oito municípios da zona sul de Kymi, pro-



movendo actividades independentes entre as populações locais. A associação estabeleceu um programa de desenvolvimento para essa zona, que beneficia do financiamento ao desenvolvimento do Leader+ para o período de 2000-2006. O programa de desenvolvimento apoia pequenos projectos baseados em ideias dos próprios habitantes. O orçamento é de aproximadamente 1,2 milhões de euros por ano, dos quais 30% provêm da UE, 18% dos Estado finlandês, 12% dos oito municípios e 40% dos habitantes da zona. A zona de Sepra tem cerca de 57 000 habitantes. A população tem vindo a diminuir regularmente nos últimos 30 anos. As zonas rurais, complexos residenciais e aglomerados urbanos sobrepõem-se. A maioria da população depende da indústria ou de serviços públicos; as pequenas empresas desenvolveram-se lentamente. O princípio orientador do programa consiste em incentivar o desenvolvimento de um ambiente agradável e seguro, que possa também proporcionar meios de subsistência às populações locais. Todas as acções do programa se baseiam no respeito pela história, natureza e populações da zona. O programa tem dois temas principais: utilização dos recursos naturais e culturais e aumento da interacção entre as zonas rurais e urbanas.

O programa pretende alcançar objectivos-chave através:

- da melhoria do funcionamento interno das aldeias e outras comunidades;
- do desenvolvimento do turismo e de outros serviços;
- da promoção, comercialização e desenvolvimento de produtos locais novos ou já existentes;
- do apoio a novas pequenas empresas;
- da utilização da proximidade da Rússia e da Estónia, bem como do desenvolvimento de outras ligações internacionais;
- da organização de funções em que pessoas do campo e da cidade se possam encontrar.

O programa de desenvolvimento incide na tecnologia da informação, na protecção ambiental, destinando-se especialmente aos jovens.

Nome da pessoa de contacto: Marja Sorvo
 Endereço: Helsingintie1A,
 49400 Hamina,
 Finland
 Número de telefone: (358-44) 277 45 14
 Número de fax: (358-5) 230 45 15
 E-mail: marja.sorvo@seprat.net
 Sítio web: www.seprat.net



d) Formação transnacional para guias culturais e para a gestão de museus regionais: três regiões alpinas colaboram para criar uma nova perspectiva

Estados-Membros:	Áustria e Alemanha
Regiões, distritos:	Land do Tirol (Áustria) Regierungsbezirke Schwaben et Oberbayern (Alemanha)
Nome dos GAL:	Ausserfern (AUT), Auerbergland (GER), Ostallgäu (GER)
Custo total do projecto:	30 000 euros
Parte financiada pela UE:	15 000 euros
Fundos privados:	15 000 euros

As regiões de Auerbergland (Alemanha), Ausserfern (Áustria) e Ostallgäu (Alemanha) estabeleceram um projecto de formação transnacional, que envolve 104 participantes, 25 docentes e 47 ateliês abrangendo 20 módulos diferentes. O projecto procura explorar a cultura e a história afins destas três zonas, todas elas situadas na região alpina bávaro-austriaca.

Os GAL começaram com uma «reunião de troca de ideias» entre directores com função de gestão das regiões, tendo

concluído que as estratégias de desenvolvimento dos três GAL vizinhos tinham muitos objectivos comuns e ofereciam muitas possibilidades de cooperação futura. Uma vez que os projectos de cooperação transnacional são mais complexos e envolvem maior risco que os locais, os três gestores Leader+ procuraram uma forte base de cooperação. Com efeito, já sabiam que a base do sucesso de um projecto transnacional é a firme crença de que o projecto beneficiará os três GAL. Depois de uma avaliação crítica e aprofundada do projecto, decidiram basear a sua cooperação na melhoria da relação da história e cultura com o turismo e o emprego. Ao ligar o turismo e a cultura, o projecto destina-se a criar novos empregos, nomeadamente para as mulheres, com vista a reforçar, especialmente em atenção aos jovens, a relação entre a terra de origem e a sua história.

Para obter algumas ideias acerca das melhores práticas, os gestores dos três GAL entraram em contacto com o GAL italiano Val Venosta, no Tirol do Sul, que tinha executado um projecto semelhante no âmbito da iniciativa Leader.

Nome da pessoa de contacto: Günter Salchner
Endereço: REA Außerfern, Kohlplatz 7
A-6600 Pflach
Número de telefone: (43) 567 26 23 87
Número de fax: (43) 56 72 62 38 71 39
E-mail: rea@allesausserfern.at
Sítio web: www.allesausserfern.at/rea



Comissão Europeia

A abordagem Leader — Um guia básico

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2006 — 24 p. — 21 x 29,7 cm

ISBN 92-79-02056-0

VENDAS E ASSINATURAS

As publicações para venda editadas pelo Serviço das Publicações estão disponíveis nos nossos agentes de vendas espalhados pelo mundo.

Para fazer a sua encomenda, procure a lista desses agentes de vendas no sítio Internet do Serviço das Publicações (<http://publications.europa.eu/>), ou peça-a pelo fax (352) 29 29-42758.



Comissão Europeia
Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Para mais informações:

Rue de la Loi 200
B-1049 Brussels-Bélgica

Telefone

Linha directa (+32) 2 295 63 63

Central (+32) 2 299 11 11

Telecopiadora

(+32) 2 299 17 61

Internet

http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm



Serviço das Publicações

Publications.europa.eu

ISBN 92-79-02056-0



9 789279 020568